

Linhagens do Armamento: Guerra e Tecnologia em Deleuze e Guattari

Lineages of Armament: War and Technology in Deleuze and Guattari

 10.21680/1983-2109.2023v30n62ID33223

Yasmin de Oliveira Alves Teixeira

Universidade Federal de São Paulo
yasminteixeira@protonmail.com

Resumo: Nosso objetivo foi discutir a análise do estatuto das armas e do armamento no quadro de uma reflexão sobre a tecnologia como apresentada por Gilles Deleuze e Félix Guattari na obra *Mil Platôs*. Os autores oferecem uma interpretação sobre a especificidade desses elementos técnicos a partir de sua ligação com o processo de inovação das sociedades guerreiras nômades. Esse processo é indissociável de certo modo de operação da metalurgia artesanal e itinerante sobre o *phylum* maquínico, definido como matéria-movimento composta por singularidades e manifesta em traços de expressão determinados. Porém, o *phylum* maquínico e a linhagem tecnológica do armamento também podem ser capturados por um aparelho de Estado, passando a funcionar de maneira distinta daquela em que operavam quando conexos ao espaço nômade. Essa captura está na gênese de uma indústria armamentista, cerne problemático da relação entre guerra, técnica e capital para o qual se direciona nossa reflexão final.

Palavras-chave: máquina de guerra; armamento e indústria armamentista; vitalismo tecnológico; filosofia da técnica; Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Abstract: Our aim was to discuss the analysis of the status of weapons and weaponry within the framework of a reflection on technology as presented by Gilles Deleuze and Félix Guattari in *A Thousand Plateaus*. The authors offer an interpretation of the specificity of these technical elements based on their connection with the process of innovation in nomadic warrior societies. This process is inseparable from a certain mode of operation of artisanal and itinerant metallurgy on the machinic *phylum*, defined as a matter-movement composed of singularities and manifested in determined expression traits. However, the machinic *phylum* and the technological lineage of weaponry can also be captured by a state apparatus and begin to function differently from the way they operated when connected to the nomadic space. This capture is at the genesis of an arms industry, the problematic core of the relationship between war, technique, and capital to which our final reflection is directed.

Keywords: war machine; weaponry and arms industry; technological vitalism; philosophy of technology; Gilles Deleuze and Félix Guattari.

Introdução

De modo geral, a filosofia da técnica em Deleuze e Guattari é muito pouco estudada, com algumas exceções importantes. Seria possível pensar *a partir de*, ou *com* Deleuze e Guattari para compor uma reflexão sobre a técnica

nos termos inaugurados pela abordagem de Heidegger¹. Sem nenhum prejuízo a essa estratégia, podemos também fazer uma leitura direta das considerações dos autores a respeito da técnica e da tecnologia na letra do texto, para apenas então fazer uma avaliação geral dessas considerações. Muito embora de fato sejam poucas as passagens em que abordam o assunto, seria equivocado afirmar que não há nenhuma referência à filosofia da técnica em Deleuze e Guattari: as proposições VII e VIII do *Tratado de Nomadologia*, capítulo da obra *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1980), oferecem indicações importantes a esse propósito.

Por um lado, as duas proposições demonstram que a filosofia dos autores está em diálogo com uma linha de reflexão sobre a técnica bastante divergente daquela aberta por Heidegger. Deleuze e Guattari baseiam suas considerações em ideias provenientes daquilo que eles mesmos chamam de “vitalismo tecnológico”, linha de pensamento aberta por autores como Bergson e Simondon. Sob essa perspectiva, desenvolvem certa concepção de uma criatividade tecnológica, de uma relação direta entre a tecnologia e a vitalidade da matéria (HIGAKI, 2019). Nesse sentido, deve-se ter em vista que a perspectiva dos autores está antes muito mais próxima da abordagem compreendida como “artefatural” ou “empírica” da filosofia da técnica, ou de uma filosofia da técnica *orientada ao objeto* (GOUCHET, 2018), do que da abordagem que considera a técnica como modalidade de racionalidade, “diagrama epocal de desocultamento”, ou mesmo “forma

¹ Como o faz Eladio Craia (2011, 2015, 2021). Partindo do estudo geral da história da filosofia da técnica, Craia faz uma avaliação crítica da perspectiva heideggeriana e seus desdobramentos até a atualidade. Propõe então que a ontologia de Deleuze poderia se constituir como alternativa às limitações das conclusões de Heidegger a respeito da questão da técnica.

simbólica”². Por isso, uma possível diferenciação entre técnica e tecnologia deve ser compreendida por bases inteiramente diferentes: não se trata de um campo do ser da técnica, ou campo virtual de sentido, *versus* um campo empírico ou fenomênico dos artefatos técnicos, mas de elementos técnicos e linhagens tecnológicas extraídos de uma matéria intensiva, ou fluxo de matéria-movimento.

Por outro lado, Deleuze e Guattari propõem tal reflexão ao pensar um tipo específico de objeto técnico: a arma. A produção e aquisição das armas teriam sido, em determinadas condições sociais, produtos de uma criatividade realizada sobretudo pela metalurgia e suas formas de operar com o fluxo de matéria – nesse caso, a matéria metal. Ainda que consideremos que, tal como em Nietzsche, os conceitos da filosofia de Deleuze e Guattari não se prestam facilmente a um recorte moral ou qualquer redução maniqueísta, essa caracterização afirmativa e positiva das armas poderia gerar dificuldades fora do quadro conceitual específico da máquina de guerra e da caracterização do modo de vida nômade com que os autores trabalham. Apenas a partir desse ponto pode-se realmente compreender o alcance crítico da filosofia dos autores. As concepções de Deleuze e Guattari sobre os objetos técnicos e a tecnologia, nessas proposições do *Tratado*, são indissociáveis do seu conceito mais geral de máquina de guerra nômade. Ao mesmo tempo, nos parece que as diferenciações com que os autores analisam a questão ainda permitem uma avaliação crítica da linhagem tecnológica do armamento tal como ela aparece na modernidade e sob o capital, como indústria armamentista. Nesse sentido, deve-se manter em vista a posição dos autores no desenvolvimento de

² Como para Heidegger ou para Ernst Cassirer (CRAIA, 2015; FERREIRA, 2020).

sua filosofia política, que tem como cerne uma crítica do capitalismo e da violência de Estado.

Neste artigo, nos propomos a realizar uma leitura detida sobre as duas proposições indicados do *Tratado de Nomadologia*, levando ainda em consideração seu contexto filosófico mais geral. Buscaremos analisar o texto dos autores sob suas duas faces: como esboço de uma filosofia da técnica e da tecnologia, e, ao mesmo tempo, como preâmbulo importante a uma “crítica da economia política do armamento”. Assim, o texto divide-se em dois subtítulos principais: iniciamos por breves considerações sobre o quadro conceitual do *Tratado de Nomadologia* e buscamos definir o conceito de *phylum* maquinico, nos debruçando sobre a análise dos autores a respeito das armas e da metalurgia artesanal; em seguida, traremos uma breve indicação a respeito de como os autores oferecem critérios para uma crítica da linhagem tecnológica do armamento sob sua configuração moderna, em que já se encontra capturada pelo capital e pelo Estado-nação.

As Armas Nômades: Metalurgia e Diferenciação do Phylum Maquinico

No *Tratado de Nomadologia*, o conceito-chave elaborado por Deleuze e Guattari é o de *máquina de guerra* em seu aspecto positivo relacionado à ontologia diferencial da “distribuição nômade” e em seu aspecto secundário ou negativo ligado à guerra propriamente dita. Sob ambos os aspectos, os filósofos buscam distinguir o regime de violência da máquina de guerra daquele do aparelho de Estado, descrevendo a máquina de guerra como realização da existência nômade. Assim, embora o conceito seja transponível para outros contextos (e nesse sentido trata-se de um conceito transcendental, de uma Ideia que serve como

matriz de inteligibilidade para diferentes fenômenos empíricos)³, é na historiografia, arqueologia e antropologia dos diversos povos nômades históricos que Deleuze e Guattari encontram os elementos gerais para o seu delineamento.

Nesse contexto, os filósofos franceses colocam a questão de saber como os nômades inventam as suas armas, pelas quais eles são historicamente muito conhecidos. Não é difícil encontrarmos comentários historiográficos sobre como, desde a mais remota antiguidade, as sociedades nômades das estepes eram notáveis pela sua destreza e suas inovações guerreiras: a revolução da cavalaria foi essencialmente um feito nômade, bem como sua conjunção com o uso do arco-flecha⁴. Para as sociedades contra as quais os guerreiros nômades se lançavam essa combinação era aterradora, pois permitia invasões e ataques rápidos e imprevisíveis. Os grandes impérios antigos como o Império Romano e o Chinês

³ Sobre o desenvolvimento de uma ontologia da diferença em Deleuze de modo geral, cf. TEIXEIRA (2018). Para uma análise mais detalhada da relação entre a ontologia da diferença ou empirismo transcendental deleuziano e o desenvolvimento do conceito de máquina de guerra em *Mil Platôs*, ver o artigo “Diferença e Distribuição Nômade na Filosofia Política de Deleuze e Guattari” (TEIXEIRA, 2023).

⁴ Keegan (2006), por exemplo, entende que nenhuma história da guerra poderia elidir a importância dos povos nômades das estepes eurasiáticas (os quais por vezes chama de *horsepeoples*), já que foram as sociedades guerreiras por excelência. De maneira convergente com a tese de Deleuze e Guattari, Keegan recusa a naturalização da premissa (de origem clausewitziana) de que a guerra seria um instrumento político estatal, o que então resulta na necessidade de ler a história da guerra a partir, antes de tudo, do modo de vida guerreiro de determinados povos sem Estado, principalmente os nômades. A historiografia de Keegan, contudo, permanece atrelada a uma noção da guerra como “cultura”, noção que não permite uma crítica mais rigorosa da violência.

foram profundamente marcados pelas incursões desses povos guerreiros⁵.

Essa inovação técnica sintetizada na figura do arqueiro a cavalo é o cerne do agenciamento máquina de guerra, e é a ela que Deleuze e Guattari se referem quando tratam, desde o texto final de *O Anti-Édipo* (1972), daquilo que chamam de “conjunto homem-cavalo-arco”⁶. Essa inovação principal implicava um determinado tipo de produção, que Deleuze e Guattari tratam sempre como produção de Real, num *continuum* entre produção econômica, desejante, técnica, social. A “máquina desejante” ou o “agenciamento maquinico” são lógica e ontologicamente anteriores às máquinas técnicas, isto é, aos corpos articulados de elementos técnicos propriamente ditos. O que é interessante na forma como os autores tratam dessa dimensão técnica é, portanto, que ela em

⁵ No período da queda de Roma, os povos nômades das estepes foram tratados indistintamente sob a pecha de “bárbaros”, embora se possa apontar alguma diferenciação entre as sociedades *sedentárias* dos bárbaros europeus que *migraram*, se integrando à sociedade romana, e as sociedades *nômades* eurasiáticas que fizeram incursões violentas para dentro dos impérios sem passar por nenhuma integração social (na Europa, esse traço é característico dos hunos, o que os distinguiu de outros povos como godos e vândalos). Cf. *Barbarian Tides* (GOFFART, 2006).

⁶ No apêndice do livro, lemos: “Não se trata mais de confrontar o homem e a máquina para avaliar as correspondências, os prolongamentos, as substituições possíveis ou impossíveis de um ao outro, mas de os fazer comunicar entre si para mostrar como o homem *compõe peça com* [*fait pièce avec*] a máquina, ou *compõe peça* [*fait pièce*] com outra coisa para constituir uma máquina. A outra coisa pode ser uma ferramenta, ou mesmo um animal, ou outros homens. Não é, contudo, por metáfora que se fala de máquina: o homem *compõe máquina* [*fait machine*] desde que esse caráter seja comunicado por recorrência ao conjunto do qual ele faz parte em condições bem determinadas. O conjunto homem-cavalo-arco forma uma máquina guerreira nômade nas condições da estepe. Os homens formam uma máquina de trabalho nas condições burocráticas dos grandes impérios”. (DELEUZE; GUATTARI, 1972, p. 464).

si é indissociável de todo o conjunto contíguo, de todos os outros traços da máquina de guerra nômade.

É nessa perspectiva que deve ser compreendida a interrogação dos autores sobre como os nômades obtinham suas armas. O armamento da máquina de guerra nômade exigia uma certa relação dessas sociedades com a fabricação metalúrgica artesanal. Segundo Deleuze e Guattari, essa metalurgia foi constantemente considerada pelas ciências humanas como um elemento de produção dos grandes impérios, o que os autores contestam. A metalurgia artesanal seria, na verdade, uma “ciência menor” autônoma, não identificada ao aparelho estatal e nem exatamente ao nomadismo, embora, segundo a proposição dos autores, ela “concorra necessariamente” para este: a metalurgia operava a determinação de linhagens tecnológicas – isto é, a qualificação dos elementos técnicos segundo o agenciamento – ao relacionar-se ora às sociedades nômades e ora aos impérios. No primeiro caso, compunha então o processo criativo e inovador da máquina de guerra nômade, e no segundo caso acabava então por submergir nos processos de controle e captura do aparelho de Estado.

De todo modo, a metalurgia deve ser primeiramente compreendida como a atividade autônoma dos artesãos do metal⁷. Considerada em si mesma, portanto, a metalurgia artesanal não é nem exatamente nômade e nem sedentária, mas *itinerante*; não se vincula a um espaço liso ou estriado de superfície, mas ao *subsolo*, isto é, à prospecção e extração mineral, à abertura de minas (o que leva os autores a falar em “espaço esburacado”). Nos termos de Deleuze e Guattari (1980, p. 517):

⁷ Nesse sentido também deve-se lembrar que o nascimento da metalurgia permitiu ampliar as possibilidades do armamento, que até então era produzido com ossos e pedras (KEEGAN, 2006).

É esse metalúrgico híbrido, fabricante de armas e ferramentas, que se comunica ao mesmo tempo com os sedentários e os nômades. O espaço esburacado comunica-se por si mesmo com o espaço liso e o espaço estriado. Com efeito, o *phylum* maquínico ou a linha metálica passam por todos os agenciamentos; nada é mais desterritorializado do que a matéria-movimento. Porém, essa comunicação de modo algum se produz da mesma maneira, e as duas comunicações não são simétricas.

Mas de que se trata, mais precisamente, esse “*phylum* maquínico”, “linha metálica” ou “matéria-movimento” com que opera a metalurgia? Nesse ponto, Deleuze e Guattari trazem à tona as concepções de uma interpretação vitalista, ou melhor, as concepções de um vitalismo tecnológico que encontra precedentes em Bergson e especialmente em Simondon. Se trata de colocar em questão a relação da evolução tecnológica com a própria evolução humana e com os processos vitais de maneira mais geral, sem contundo postular essa evolução como um progresso. O vitalismo trata a evolução como processo não-linear e não-hierárquico, isto é, como processo de *diferenciação da matéria*. O problema é, portanto, o de compreender de que maneira a tecnologia está implicada num processo “evolutivo” desse tipo, ou melhor, num processo de diferenciação. Sob esta perspectiva, a própria noção de matéria deve ser revista – não se trata mais da divisão rígida entre o orgânico e inorgânico, mas da concepção de uma matéria diferenciável, de uma *vida inorgânica* ou de uma *vitalidade da materialidade* (HIGAKI, 2019). Essa perspectiva coloca em xeque a ideia de que a tecnologia seria uma extensão da espécie humana e de sua inteligência, ou de que onde a tecnologia começa a evolução orgânica “para” ou deixa de estar em questão. A noção de *phylum* maquínico elide, portanto, as partilhas ontológicas entre orgânico e inorgânico e entre ser humano e natureza.

A metalurgia artesanal itinerante é a “ciência menor” que consiste, portanto, em seguir o *phylum* maquínico ou

fluxo de matéria: ciência menor porque não busca encontrar leis gerais e produzir teoremas, mas sim desenvolver a observação e manipulação das variações finas do metal – maleabilidade, densidade, cores etc. De maneira muito similar à que os nômades seguem as hecceidades do deserto e da estepe, o metalúrgico segue as hecceidades do metal. Ocorre que se pode considerar os metais sob o ponto de vista dos *fluxos*, isto é, como conjunto de matéria metálica ideal. A respeito da noção de uma “matéria ideal” ou Ideia material em Deleuze e Guattari, Lapoujade (2015, p. 111) oferece uma interpretação precisa:

Há uma realidade física, quantitativa da Ideia, embora ela não seja extensiva. Permanece envolta em si mesma, puramente intensiva. A matéria [intensiva] não existe, e no entanto é real, tem uma realidade física; é um grau ou uma parte de potência (como em Espinosa); ou ainda, é uma energia potencial (como em Simondon), embora ainda não exista sob esta ou aquela relação característica determinada; ainda não tem forma individual, embora seja intrinsecamente distinta enquanto grau de potência. Por isso, ela só pode ser pensada. E compreende-se que a maneira pela qual deve ser pensada não pode de modo algum ser decalcada da existência de um corpo ou de uma existência empírica, seja ela qual for, pois nesse plano ainda não se encontra nenhum corpo organizado.

Um fluxo é uma linha de matéria ideal, intensiva, enquanto os corpos individuados são já cortes de fluxo, efetuações empíricas dessa matéria ideal. A metalurgia opera, portanto, sobre um fluxo de matéria desse tipo, a linha metálica, a partir da qual os elementos técnicos, como corpos individuados, são produzidos. Aparecem ainda diferenciações internas do fluxo metálico em determinadas “famílias” de elementos técnicos que guardam entre si traços de expressão comuns, mas de toda maneira pode-se conceber o conjunto para além dessas efetuações determinadas. Segundo Deleuze e Guattari:

É possível falar de *phylum* maquínico, ou de uma linhagem tecnológica, a cada vez que se depara com um conjunto de singularidades prolongáveis por operações, que convergem e as fazem convergir para um ou vários traços de expressão assinaláveis. Se as singularidades ou operações divergem, em materiais diferentes ou no mesmo, é preciso distinguir dois *phylums* diferentes: por exemplo, justamente para a espada de ferro, proveniente do punhal, e o sabre de aço, proveniente da faca. Cada *phylum* tem suas singularidades e operações, suas qualidades e traços, que determinam a relação do desejo com o elemento técnico (os afectos ‘do’ sabre não são os mesmos que os da espada). Mas sempre é possível instalar-se no nível das singularidades prolongáveis de um *phylum* a outro, e reunir ambos. No limite, não há senão uma única e mesma linhagem filogenética, um único e mesmo *phylum* maquínico, idealmente contínuo: o fluxo de matéria-movimento, fluxo de matéria em variação contínua, portador de singularidades e traços de expressão. (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 505-506).

Mas a metalurgia não recorta a linha metálica sem de imediato reportá-la a um agenciamento. Ou antes, é o agenciamento que qualifica a relação da metalurgia com os elementos técnicos ao selecionar o *phylum* maquínico por diferenciação. Deve-se sempre manter em vista que os agenciamentos têm primazia sobre as máquinas técnicas e as linhas tecnológicas. Ao mesmo tempo, contudo, o *phylum* não deixa de constituir um único fluxo de matéria ideal, considerado como conjunto. Os agenciamentos *extraem* ou recortam determinados traços do fluxo, enquanto o fluxo de matéria em si continua a percorrer todas as diferenciações e aparecer em todas as variações dos elementos e máquinas técnicas.

Aqui, devemos nos remeter à maneira como Deleuze e Guattari pensam a diferenciação e a relação entre a técnica e a tecnologia. Para os autores a máquina técnica permanece abstrata e não qualificada o suficiente enquanto não for reportada a um agenciamento maquínico mais geral do qual ela mesma é elemento. A “*máquina técnica*” é definida como

articulação ou conjunto articulado de elementos técnicos parciais – ela pode ser entendida então em proximidade ao conceito de *objeto técnico* no sentido de Simondon (1989). Tomado em si mesmo, o elemento técnico permanece relativamente indeterminado, seu sentido não é posto de imediato. É o agenciamento que o determinará, colocando-o em relação a uma linhagem tecnológica propriamente dita, isto é, a uma extração de fluxo do *phylum* maquinício que guarda traços de expressão comuns.

Os autores usam a mesma expressão, *phylum* maquinício, para falar tanto dessas extrações de linhas diferenciadas no interior do fluxo quanto para falar do próprio fluxo em si mesmo, o que pode parecer ambíguo. Isso ocorre porque os autores buscam descrever as criações técnicas sob a mesma lógica das diferenciações evolutivas biológicas, de tal maneira que a grande linha que corresponde ao *phylum* maquinício vai se bifurcando em diversas outras linhas, novos “*phylums*”⁸. De todo modo, o texto dos autores permite falar em *linhagem tecnológica* exclusivamente para se tratar dessas extrações de fluxo ou linhas diferenciadas, e em *phylum maquinício* exclusivamente para falar do fluxo de matéria-movimento como um conjunto ideal. O *elemento técnico*, por sua vez, é uma unidade técnica mínima, corpo técnico individuado ou objeto parcial que compõe as “máquinas técnicas”.

O *phylum* maquinício é, enfim, essa materialidade, esse fluxo de matéria que funciona como substância de todos os elementos técnicos e de todas as linhagens tecnológicas. Se a metalurgia ganha destaque como ciência menor que consiste em seguir as variações do *phylum* maquinício é porque o fluxo *metálico* é o que melhor demonstra o funcionamento de uma

⁸ Da mesma maneira como a árvore filogenética da vida se diferencia em diversos domínios, filos, famílias, espécies etc., cada um compondo uma nova “linha vital”.

matéria-movimento, um fluxo de matéria. Um elemento técnico certamente pode ser composto a partir de diversos tipos de materiais, mas é no metal, com suas características próprias de material que pode ser fundido e moldado, que se apresentam mais nitidamente as variações de uma matéria-movimento. Derrete-se o objeto metálico para torná-lo matéria amorfa novamente, trabalhar-se o metal amorfo para torná-lo um novo objeto; tem-se ainda a circulação da fornalha, que permite tantas outras operações de transformação, talhe e composição de formas individuadas. Materiais como plástico, madeira ou rocha não permitem a mesma passagem reversível da matéria amorfa ao objeto individuado. Nas palavras de Deleuze e Guattari:

Em suma, o que o metal e a metalurgia trazem à luz é uma vida própria da matéria, um estado vital da matéria enquanto tal, um vitalismo material que, sem dúvida, existe por toda parte, mas comumente escondido ou recoberto, tornado irreconhecível [...]. A metalurgia é a consciência ou o pensamento da matéria-fluxo, e o metal é o correlato dessa consciência. [...] O *phylum* maquínico é metalúrgico, ou, ao menos, tem uma cabeça metálica, seu dispositivo de rastreamento, itinerante. (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 512).

Nesse sentido, evidentemente o fluxo metálico pode diferenciar-se em outras linhagens que não a do armamento – a metalurgia produz ainda a moeda, o ornamento, a ferramenta de trabalho, o instrumento musical, tantos outros ramos materiais. A metalurgia opera a criação de elementos técnicos sempre qualificando-os em relação a um agenciamento, isto é, introduzindo linhagens tecnológicas de acordo com as exigências do processo maquínico a que reporta. É por isso que ela pode entreter tanto uma relação de continuidade tanto com a máquina de guerra nômade quanto com o aparelho de Estado.

Desta forma, podemos evocar ainda a questão da distinção entre armas e ferramentas: se trata de elementos técnicos cujas diferenças não são claramente determinadas a não ser quando reportados aos agenciamentos que os qualificam, seja a ação livre inerente à máquina de guerra ou o modelo de trabalho inerente ao aparelho de Estado⁹. A partir disso podemos ainda antecipar o problema de uma transformação das determinações de sentido do armamento de acordo com o devir ou desnaturação da própria máquina de guerra (suas relações com o Estado, com o capitalismo...). Quanto a isto, se poderia encontrar na própria filosofia de Deleuze e Guattari a indicação das limitações de uma concepção de tipo vitalista no que diz respeito a uma análise das armas e do armamento enquanto conjunto de linhagens tecnológicas. Segundo os autores, o aparelho de Estado é capaz de operar a captura do *phylum*, o controle da metalurgia, a assimilação da máquina de guerra. A partir de um ponto de inflexão como esse, há uma mudança radical, um corte.

Estado, Capital e a Emergência da Indústria Armamentista

Dizíamos que a máquina de guerra é um conceito transcendental que pode aparecer na efetividade de diversas maneiras. A mais importante é a efetuação no espaço nômade, enquanto máquina de guerra nômade. Subordinada ao Estado, contudo, a máquina de guerra não mantém mais as características que permitiriam qualificá-la desta forma. Deve-se chamar de *instituição militar*, e não mais de máquina de

⁹ “O que efetua um modelo de ação livre não são, portanto, as armas em si mesmas no seu ser físico, mas o agenciamento ‘máquina de guerra’ como causa formal das armas. Por outro lado, o que efetua o modelo de trabalho não são as ferramentas, mas o agenciamento ‘máquina de trabalho’ como causa formal das ferramentas.” (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 495).

guerra, o conjunto disciplinar subordinado ao aparelho Estado voltado para a guerra. A instituição militar está sujeita a uma legislação, a uma burocracia e a uma justiça militar, e constitui-se internamente por uma hierarquia, uma ordem e uma disciplina que são inteiramente estranhas à máquina de guerra nômade.

Deleuze e Guattari afirmam, em consonância com a historiografia, que o crepúsculo das grandes sociedades nômades históricas começa com a invenção da pólvora, do canhão e das armas de fogo em geral, ao final da Idade Média e começo da Modernidade. Segundo os autores,

Admite-se que os nômades perderam seu papel inovador com o surgimento das armas de fogo, sobretudo o canhão [...]. Mas não necessariamente porque não souberam utilizá-los: [...] Se o canhão marca um limite dos nômades, é antes porque implica um investimento econômico que só um aparelho de Estado pode fazer (mesmo as cidades comerciais não serão suficientes). (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 503).

De fato, como também aponta Keegan (2006), a superioridade guerreira dos nômades estava na velocidade absoluta proporcionada pela conjunção entre montaria e uso do arco composto (que permitia golpear à distância e em movimento). Contudo, as armas de fogo anulavam por inteiro essa vantagem, o que os obrigaria a reformular inteiramente seu modo habitual de incursão e até mesmo de vida a fim de integrar as novas armas. Ao contrário do que ocorre nas sociedades estatais em que os exércitos são conjuntos destacados do resto da sociedade e destinados à guerra como uma “especialidade”, nas sociedades nômades não havia separação entre as atividades guerreiras e as demais atividades da vida social (inclusive a produção econômica) – a vida nômade dos hunos, mongóis, citas etc. *era uma vida*

*guerreira*¹⁰. Uma mudança significativa do modo de vida nômade implicaria o abandono das características sociopolíticas que, justamente, os faziam grandes sociedades guerreiras sem Estado.

Deleuze e Guattari apontam que as armas de fogo marcam o limite da inventividade nômade, isto é, que o nomadismo só pode ser associado à gênese das linhagens tecnológicas das armas brancas. Afirmam também que o aparelho de Estado é capaz de capturar extrações do *phylum* maquínico, dirigir a metalurgia à produção de ferramentas de trabalho e, a partir de certo ponto histórico, à produção de armas de fogo como o canhão. Contudo, os autores pouco elaboram essa passagem e dão apenas algumas indicações sobre as consequências dessa conjunção Estado-armamento.

Na hipótese dos autores, o Estado não tem originariamente uma máquina de guerra, mas obtém para si uma instituição militar operando por captura. Isto significa

¹⁰ “Não se tratava de um meio de progresso material ou social; na verdade, era exatamente o contrário, um processo pelo qual obtinham a riqueza para sustentar um modo de vida imutável, para permanecer exatamente como eram desde que seus ancestrais atiraram uma flecha de cima de uma sela pela primeira vez” (KEEGAN, 2006, p. 251). Ao analisar o declínio dos povos montados, Keegan repete essa crítica segundo a qual haveria um imobilismo total nas estruturas sociais nômades. Contudo, Keegan parece querer dizer com isso que os nômades eram incapazes de fundar Estados – ou, nas palavras do autor, de “traduzir a conquista inicial em poder permanente” (KEEGAN, 2006, p. 274). Deleuze e Guattari certamente reconhecem que a forma-Estado foi vitoriosa, mas não consideram de maneira alguma que isso seja critério de crítica da vida nômade. Pelo contrário, a partir do pensamento dos autores poderíamos nos contrapor à interpretação de Keegan: o modo de vida de cada sociedade deve ser tomado em si mesmo e compreendido no seu funcionamento interno (seu processo maquínico) sem que seja colocada uma norma exterior de progresso (como foi e ainda é feito frequentemente ao se tomar a forma-Estado como fim e modelo universal). Mais ainda, os nômades foram capazes de deixar um legado que sobreviveu ao desaparecimento dessas sociedades: a Ideia de uma máquina de guerra.

que esta instituição é já um *produto* da violência de Estado e não seu fundamento – fundamento que é antes caracterizado por uma violência policial-carcerária indiscernível da fundação do Direito (uma guerra que funda um espaço jurídico não tem intersecção alguma com o funcionamento de uma máquina de guerra). Com esse conjunto, a máquina de guerra é apropriada e ao mesmo tempo neutralizada pelo Estado, desnaturada, descaracterizada. Ao contrário da máquina de guerra, a instituição militar tem a guerra em si mesma como objeto primário, enquanto ao mesmo tempo subordina-a a fins políticos, fato que Clausewitz sintetizou teoricamente na clássica fórmula segundo a qual a guerra seria a continuação da política por outros meios. Isso se aplica tão somente à maneira como o aparelho de Estado instrumentaliza a guerra, mas está em contraste marcante com o *ethos* guerreiro da máquina de guerra nômade.

Ainda a partir dessas considerações, poderíamos elaborar a ideia de que com a invenção das armas de fogo o aparelho de Estado passa também a obter para si uma determinada linhagem tecnológica que complementarmente seus instrumentos de violência próprios. Nesse caso, se trata necessariamente de um fator associado ao nascimento do Estado-nação, forma moderna do aparelho de Estado e, assim, da fase de acumulação originária do capital. A gênese da instituição militar moderna e do caráter instrumental da guerra em relação aos interesses políticos do Estado foram elementos fundamentais e indissociáveis do desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário do que supuseram alguns filósofos como Kant¹¹, que acreditava que o mercado mundial

¹¹ “É o espírito comercial que não pode subsistir juntamente com a guerra e que mais cedo ou mais tarde se apodera de cada povo. Porque então entre as potências (meios) subordinadas à potência do Estado, a potência do dinheiro sendo bem possível a de maior confiança, os Estados veem-se assim (certamente não por móveis da moralidade) forçados a

seria incompatível com a guerra, o que se viu historicamente foi a realização do capitalismo como sistema de produção e ao mesmo tempo de *destruição*. A guerra abre novos mercados, garante obtenção de matérias-primas, possibilita a absorção da mais-valia.

As linhagens tecnológicas do armamento passam, então, a fazer parte desse desenvolvimento do capital como sistema de produção-destruição: não mais o produto de uma metalurgia artesanal, mas sim de uma produção industrial (na qual se pode identificar facilmente um extrativismo mineral e uma metalurgia predatórios, tornados empreendimentos do capital). Não apenas um conjunto de máquinas técnicas como traços de expressão do *phylum* maquinico, mas máquina técnica como *mercadoria* ou “*material armamento*”, para usar a expressão de Engels¹². Ela perde toda a potência que a perpassava em sua conexão ao processo da máquina de guerra nômade e se torna uma pura instância de *anti-produção* no seio da produção capitalista, integrante do “complexo político-militar-econômico” (DELEUZE; GUATTARI, 1972) cuja função primordial é efetuar a absorção da mais-valia como forma de escoamento do excesso produtivo. O processo de diferenciação de linhagens do armamento se subordina, desta maneira, ao movimento de acumulação do capital e à eventualidade das guerras da qual ele necessariamente depende¹³. Assim, tem-se ao lado das guerras totais a

promover a nobre paz e, seja onde for que no mundo a guerra ameace eclodir, a afastá-la por mediações” (KANT, 2008, p. 54).

¹² Sobre a análise engelsiana das guerras do capital e da instituição militar, cf. Anfra (2013).

¹³ Uma análise complementar e compatível com a de Deleuze e Guattari pode ser encontrada em Mamparey e Serfati (2005), que relatam de que maneira as peculiaridades do “sistema militar-industrial” (SMI) permite a estabilização de uma economia capitalista (tomando como base a dominância econômica dos EUA na era da mundialização), e detalham ainda o processo de financeirização do próprio SMI desde os anos 1990:

consolidação de uma indústria armamentista que, mais tarde, passará a compor a produção e circulação da violência no âmbito da própria “paz”, ou melhor, no âmbito de uma política de (in)segurança na qual a paz e a guerra já não se distinguem mais.

Considerações Finais

A filosofia da técnica e da tecnologia em Deleuze e Guattari segue uma abordagem proveniente das concepções vitalistas de Bergson e Simondon (especialmente deste último). Não haveria incompatibilidade entre a técnica e vida, mas, ao contrário, convergência ontológica: há uma vitalidade da matéria que se diferencia, matéria intensiva que elide a dicotomia entre o orgânico e o inorgânico. Tem-se a atípica, porém produtiva proposta de compreender inovação técnica na mesma lógica em que pensamentos a criação diferencial da própria vida.

Contudo, essa descrição não pode ser bem compreendida senão na sua indissociabilidade e dependência em relação ao conceito de *agenciamento/processo maquínico*. A máquina de guerra é o agenciamento ou processo maquínico das sociedades nômades, considerando-se especialmente os povos nômades guerreiros que dominaram as estepes eurasiáticas da antiguidade até fins da Idade Média. O processo maquínico das sociedades estatais ou do aparelho de

“[...] os mercados financeiros estão inscrevendo em seu horizonte a inevitabilidade de novas guerras e operações militares, forjando de qualquer maneira um compromisso ‘guerra sem limites’. Esse compromisso não está fundado sobre um mimetismo auto-referenciado, mas sobre a esperança de que a supremacia militar pode manter, por tanto tempo quanto possível, a economia norte-americana ao abrigo das consequências produzidas por um modelo de produção e consumo ‘insustentáveis’ para uma grande parte do planeta.” (p. 225).

Estado é a captura, a interiorização e a determinação de uma forma de interioridade, com seu regime de violência policial-carcerário.

O *sentido da técnica*, isto é, a *qualificação dos objetos técnicos* depende do agenciamento e não será o mesmo em um tipo de sociedade ou outro. Idealmente, pode-se conceber todo o conjunto do fluxo de matéria ou fluxo metálico e suas transformações histórico-maquínicas. Já o sentido do elemento técnico formado não aparece senão quando este é reportado ao agenciamento, que conecta as dimensões econômicas, sociais, políticas e as próprias condições técnicas. Desta forma, não há contradição ou inconsistência alguma entre a descrição ontológica e crítica ético-política dos objetos técnicos e das linhagens tecnológicas. Ao contrário, o aparato conceitual da filosofia dos autores oferece uma saída importante para problemas como o do determinismo tecnológico ou o da despolitização da (filosofia da) técnica, e ainda permite uma contribuição à crítica da economia política do armamento ou da indústria armamentista.

Mesmo assim, nos parece que os autores exploram muito pouco a passagem na qual esgota-se a linhagem tecnológica das armas brancas nômades e aparece a ramificação tecnológica das armas de fogo. Se trataria de pensar a mudança qualitativa de uma determinada linhagem tecnológica de acordo com o limite e o limiar de um agenciamento. Da mesma maneira, seria possível pensar a retroação de determinadas inovações técnicas sobre os próprios processos políticos e econômicos de uma sociedade, por exemplo, o impacto da invenção das armas nucleares para as relações de poder a nível mundial. Mais profundamente, esse problema acaba por implicar a técnica na relação entre a violência e o poder. Desta forma, concluímos, embora o pensamento dos autores ofereça de modo geral bases sólidas e hipóteses interessantes para reflexões a respeito dos objetos

técnicos e do campo da tecnologia, abrem-se diversas outras questões que permanecem a elaborar, tarefa para a qual talvez seja necessário combinar as propostas de Deleuze e Guattari às de outros autores que tenham se debruçado sobre a filosofia da técnica, em especial sobre o problema da relação entre guerra e tecnologia.

Referências

ANFRA, Douglas R. *Friedrich Engels: guerra e política - uma investigação sobre a análise marxista da guerra e das organizações militares*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013.

CRAIA, Eladio. Gilles Deleuze e a questão da técnica. *Dois Pontos*, v. 8, n. 2, 2011.

CRAIA, Eladio. A sentença de Deleuze: "A vingança do silício sobre o carbono"; ou uma ontologia do corpo e suas composições. *Revista Trágica: Estudos de Filosofia da Imanência*, v. 14, n. 2, 2021.

CRAIA, Eladio. A técnica como fenômeno ontológico e político: uma articulação entre Heidegger, Feenberg e Deleuze. *Revista Aurora*, v. 27, n. 40, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *L'anti-Œdipe : capitalisme et schizophrénie I*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux : capitalisme et schizophrénie II*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

FERREIRA, Alexandre O. Técnica, liberdade e vontade em Heidegger e Cassirer. *Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia*, v. 9, n. 2, 2020.

GOFFART, Walter. *Barbarian tides: the migration age and the later Roman Empire*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2006.

GUCHET, Xavier. Toward an object-oriented philosophy of technology. In: LOEVE, Sacha; GUCHET, Xavier; VINCENT, Bernadette B. (eds.). *French philosophy of technology: classical readings and contemporary approaches*. Cham: Springer International Publishing, 2018.

HIGAKI, Tatsuya. De la métallurgie au cyborg: le problème de la technologie chez Deleuze et Guattari. In: QUERRIEN, Anne; SAUVAGNARGUES, Anne; VILLANI, Arnaud. *Agencer les multiplicités avec Deleuze*. Paris: Hermann Éditeurs, 2019.

KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LAPOUJADE, David. *Deleuze, os movimentos aberrantes*. São Paulo: n-1 Edições, 2015.

MAMPAREY, Luc; SERFATI, Claude. Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo ao compromisso “guerra sem limites?”. In: CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Éditions Aubier, 1989.

TEIXEIRA, Yasmin O. A. Diferença e Distribuição Nômada na Filosofia Política de Deleuze e Guattari. *Kriterion*, v. 64, n. 155, 2023.

TEIXEIRA, Yasmin O. A. *O problema do fundamento e a aurora da diferença na filosofia de Gilles Deleuze*. Dissertação de Mestrado. Guarulhos, SP: Universidade Federal de São Paulo, Escolha de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

(Submissão: 14/07/23. Aceite: 01/09/23)